



**Requerimento nº 32/2011
(Da Sra. Manuela d'Ávila)**

Requeremos, nos termos regimentais, a realização de **audiência pública** sobre a Agenda do Estado Brasileiro em 2011 nos sistemas ONU e OEA de Direitos Humanos, a realizar-se no dia 04 de maio de 2011, com a participação de representantes do Ministério das Relações Exteriores, Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), Secretaria Geral da Presidência da República e Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa.

Justificativa

A política externa em direitos humanos é parte importante do conjunto de políticas públicas que afetam a vida do cidadão. Daí a relevância do debate entre os Poderes Executivo e Legislativo e a sociedade civil em torno dos interesses e posicionamentos do Estado brasileiro no contexto internacional dos direitos humanos.

Neste começo do governo da Presidenta Dilma Rousseff, que tem procurado conferir prevalência aos direitos humanos nas posições brasileiras em foros internacionais, o diálogo transparente em torno dos temas pertinentes a essa área reveste-se de especial oportunidade.

Em consonância com a natureza universal dos direitos humanos, a Constituição Federal estabelece, em seu Art. 4º, que os Direitos Humanos devem ter prevalência nas relações exteriores do Brasil. Assim, conhecer e opinar sobre as principais linhas de atuação do país nos sistemas de direitos humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização dos Estados Americanos (OEA) e do Mercosul é fundamental.

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias é parceira do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa (CBDHPE), formado por dezenas de organizações da sociedade civil e órgãos estatais atuantes na temática. Este foro tem sido um espaço qualificado de acompanhamento da política externa no que concerne aos direitos humanos no Brasil.

O CBDHPE lançou, no marco das eleições presidenciais de 2010, uma Agenda Mínima com 10 compromissos em direitos humanos e política externa aos candidatos à presidência. Vale lembrar que a campanha da Presidenta Dilma Rousseff aderiu prontamente aos compromissos públicos. Desse modo, a



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Direitos Humanos e Minorias



audiência pública ora requerida visa também discutir com os representantes do Executivo quais medidas serão adotadas para a implementação desta Agenda Mínima.

Sala das Comissões, 22 de março de 2011.

Deputada Manuela d'Ávila
PCdoB/RS